

DIPLOMACIA ACADÊMICA E O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Rafael Assumpção Rocha¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender a habilidade das Instituições de Ensino Superior em realizar sua diplomacia acadêmica internacional por meio do processo de internacionalização. Isso ocorre no contexto de globalização, fruto de um conjunto de processos políticos, econômicos e sociais que vem se desenvolvendo com momentos de acelerações e desacelerações ao longo dos últimos cinco séculos. A atuação diplomática acadêmica e o processo de internacionalização não são fenômenos recentes, porém relevância e celeridade de como ocorrem estão relacionadas ao estágio de desenvolvimento conhecido por sociedade do conhecimento. A pesquisa dedutiva realiza-se partindo do pressuposto de que a internacionalização é um meio para atingir a excelência acadêmica. Realiza-se, assim, uma revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias para explorar o tema nas suas mais diversas sutilezas. Ao final, a pesquisa aponta algumas estratégias para uma boa performance na execução da diplomacia acadêmica por meio da internacionalização.

Palavras-chave: Diplomacia acadêmica. Internacionalização. Política institucional de internacionalização. Internacionalização abrangente.

ABSTRACT

This article aims to understand the ability of Higher Education Institutions to carry out their international academic diplomacy through the process of internationalization. This takes place in the context of globalization, the result of a set of political, economic, and social processes that have been developing with moments of accelerations and decelerations over the last five centuries. Academic diplomatic activity and the internationalization process are not a recent phenomenon, but the relevance and celerity of how they occur are related to the stage of development known as the knowledge society. This deductive research is carried out based on the assumption that internationalization is a means to achieve academic excellence. Thus, a bibliographic review of primary and secondary sources is carried out to explore the theme in its most diverse subtleties. Finally, the research points out some strategies for a good performance in the execution of academic diplomacy through internationalization.

Keywords: Academic diplomacy. Internationalization. Institutional internationalization policy. Comprehensive internationalization.

¹ Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (2017); mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013); mestre em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais pela Universidade de Paris XIII (2005); graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (2003). Atualmente, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), é professor adjunto no curso de graduação em Relações Internacionais, coordenador do Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais, (NAPRI), membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e membro do Conselho Editorial da Editora da Universidade (UFRR).

INTRODUÇÃO

Algumas Instituições de Ensino Superior (IES) tem desenvolvido sua área internacional de forma bastante célere nos últimos anos. As instituições envolvidas e os atores capazes de promover a internacionalização são objetos de estudos de um grupo variado de autores conforme será exposto a seguir. Muitas pesquisas são desenvolvidas por pessoas das mais diversas áreas do conhecimento que tiveram a experiência de trabalhar em escritórios internacionais das IES. Porém, na área específica de Relações Internacionais o tema ainda parece ser escasso se comparado com sua relevância.

Além da pluralidade desses profissionais, a cúpula universitária (reitoria, pró-reitorias, diretorias etc.) e os próprios pesquisadores promovem a internacionalização das suas instituições. Porém, antes de debruçar sobre o processo de internacionalização, considera-se essencial o debate acerca de alguns conceitos mais amplos e abrangentes.

As IES são capazes de estabelecer acordos internacionais? Seriam capazes de realizar uma forma de diplomacia com outras instituições estrangeiras? Poderia ser esse processo chamado de paradiplomacia? As instituições privadas também são capazes de participar desse processo? Somente a cúpula universitária realiza ações diplomáticas para fomentar a internacionalização das instituições ou outros profissionais também participam direta ou indiretamente deste processo? Para responder a estas perguntas e estabelecer um arcabouço conceitual sobre essas atividades relacionadas à internacionalização do ensino superior e a capacidade das IES em realizar diplomacia acadêmica, pensa-se ser fundamental apresentar um breve debate sobre os principais conceitos utilizados por pesquisadores que se debruçam sobre o assunto.

Como o próprio nome diz, "universitas" são espaços de busca do conhecimento, sem barreiras, em um universo multicultural, que abriga a pluralidade de visões de mundo. Contudo, se o conhecimento não tem limites, as instituições de ensino passaram por diversas fases de maior ou menor abertura à integração de docentes e alunos estrangeiros. Não menos evidente, os constrangimentos causados pelas relações internacionais de um país com seus parceiros no exterior, por vezes, afetam as possibilidades de atuação dessas instituições no cenário internacional. Se inicialmente as universidades, trilhando por muitas vezes caminhos

distintos, eram centradas para a produção de conhecimento, posteriormente, adiciona-se a formação de profissionais que atendessem as demandas de desenvolvimento das sociedades. O debate apresentado não pretende ser exaustivo seja nos conceitos apresentados seja nas ferramentas abordadas como instrumentos de internacionalização do ensino superior. Porém, os conceitos, os autores, brasileiros e estrangeiros, e as ferramentas abaixo analisadas são internacionalmente reconhecidos e estão presentes nos mais diversos planos de internacionalização de universidades brasileiras. Realiza-se, em verdade, uma revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias para explorar o tema nas suas mais diversas sutilezas.

Muitos conceitos são utilizados para descrever a capacidade das IES atuarem internacionalmente. Apresentam-se a seguir alguns deles e posteriormente justificar a escolha do termo “diplomacia acadêmica” como arcabouço conceitual para analisar o processo de internacionalização focado na atuação das IES e seus servidores no cenário internacional. Posteriormente, analisam-se os processos de internacionalização, optando por uma abordagem abrangente e transversal, apontando caminhos seguros para que as IES possam alcançar seus objetivos estratégicos no intuito de alcançar excelência acadêmica.

Debatendo conceitos e perspectivas

A atual sociedade do conhecimento em que vivemos é fruto do atual processo de globalização. Isso é, resultado de um conjunto de processos políticos, econômicos e sociais que vem se desenvolvendo com momentos de acelerações e desacelerações ao longo dos últimos cinco séculos. Novas sociabilidades, novos valores e padrões culturais surgiram e foram assimilados transnacionalmente com espantosa velocidade, configurando o que David Harvey (1991) classificou como "compressão tempo-espço".

De acordo com Friedman (2014), a atual onda da globalização soma-se à revolução da tecnologia da informação e gera, além da interdependência, um processo profundo de "hiper conectividade". Há algum tempo, o progresso das sociedades em países mais desenvolvidos já não está baseado na indústria ou na agricultura, mas na capacidade de produzir pesquisa e inovação, gerando informações, conhecimento e desenvolvimento. Nesse contexto, o papel das Universidades é fundamental como ator que produz conhecimento, prepara profissionais

e atua na sociedade direta e indiretamente. Analisando o contexto nacional, as três principais missões da Universidade brasileira são o ensino, a pesquisa e a extensão, e, em alguns casos, há um maior destaque para a inovação.

É importante ressaltar, que no Brasil há o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, expresso com clareza em nossa Carta Constitucional (BRASIL, 1998, art. 207), ou seja, um não pode existir sem o outro. Assim, essas seriam as três principais funções (ou missões) da Universidade brasileira e perseguidas de forma bastante plural pelas IES.

Outro conceito muito importante para compreender a atuação dos profissionais das IES que promovem a internacionalização é o de autonomia. Ainda de acordo com o mesmo artigo da Constituição brasileira, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (BRASIL, 1988, art. 207). A produção do conhecimento científico fica amparada pela autonomia que as Universidades possuem (GONÇALVES, 2015). Porém, essa autonomia não deve ser somente responsável socialmente, mas conseguir estar emancipada o suficiente tanto dos desígnios do governo como das pressões do mercado. Em um momento em que o mundo passa por subsequentes crises financeiras, a pressão do mercado para balizar pesquisas de seu interesse não pode se sobrepor à liberdade acadêmica. Muito menos a alternância dos grupos políticos nos governos deve sobrelevar-se à autonomia das Universidades.

De acordo com Fernando Seabra Santos e Naomar de Almeida Filho (2012, p. 78), “a definição equilibrada do conceito de autonomia universitária, fundamentada na defesa do interesse público, deve saber situar-se acima dessa discussão e é um critério claro de modernidade na organização da sociedade, agora como desde há cerca de duzentos anos”. Assim a autonomia das Universidades “não pode ser sinónimo de concorrência desqualificada ou de falta de exigência e de qualidade” (2012, p. 78), necessita pautar-se pelo princípio da responsabilidade social, fiscal, gerencial e orçamentária, além da necessária transparência.

A autonomia das universidades também reflete na capacidade dessas instituições em traçarem suas próprias políticas estratégicas para a internacionalização e definirem seus

parceiros internacionais. São as Universidades que estabelecem, autonomamente, com quais países e instituições pretendem realizar acordos internacionais de cooperação. A escolha dos caminhos para a internacionalização difere do tamanho, estrutura, objetivos e localização de cada instituição. Complementarmente, Freire Júnior (2014, p. 42) afirma que, “embora o cenário universitário seja bastante heterogêneo, com instituições de ensino superior de tamanhos e vocações diferentes, um interesse comum se destaca, a internacionalização”. Percorridos os princípios mais relevantes da Universidade para compreender a internacionalização, pode-se debater questões conceituais sobre a atuação das IES no cenário internacional.

Apontando para a crescente importância que as IES possuem em um mundo interconectado, globalizado e interdependente, Jane Knight sugere o termo “diplomacia do conhecimento”, confrontando-o com outras terminologias semelhantes para descrever a capacidade, a qualidade e quantidade de interações das instituições com parceiros estrangeiros ou globais. Para ela, uma conceitualização mais recente da “diplomacia do conhecimento” ampliou o foco para “o papel da educação superior internacional, da pesquisa e da inovação (ESIPI) na criação/no fortalecimento relações entre os países”, percorrendo duas vias: “na gestão e no fortalecimento das relações internacionais e o papel das relações internacionais no fomento da educação superior internacional, da pesquisa e da inovação (KNIGHT, 2018, apud KNIGHT, 2020, p. 181).

A autora ainda destaca que a “diplomacia do conhecimento” possui oito principais dimensões abrangentes: i) a diversidade de atores e parceiros, tais como IES, institutos, fundações, *think tanks*, associações profissionais, organizações não governamentais etc.; ii) o foco em educação superior, pesquisa e inovação (no Brasil teríamos que adicionar ao conceito da autora a extensão); iii) o reconhecimento de diferentes necessidades e do uso coletivo de recursos dos atores, que por vezes reúne redes de parceiros para o enfrentamento de problemas globais, regionais e locais; iv) a reciprocidade ou seja, benefícios mútuos, porém diferentes, v) a interação entre negociação, colaboração e cooperação; vi) diferentes níveis de cooperação, internacional, regional, nacional, local; vii) a convergência para o enfrentamento de problemas globais; e viii) a criação e fortalecimento de relações entre os países (KNIGHT, 2020).

Knight defende que o termo “diplomacia do conhecimento” não significa ou pode ser associado a outros três termos comuns nesta área do conhecimento: diplomacia cultural, diplomacia da ciência. e *soft power*.

A ideia de “diplomacia cultural”, normalmente está “primordialmente orientada para intercâmbios, exposições e eventos internacionais em todas as áreas das artes, música, teatro, literatura, filme, mídia, arquitetura bem como esportes e outras expressões culturais” (KNIGHT, 2020, p. 184). Porém, o termo não agrega elementos centrais na ideia de “diplomacia do conhecimento”, tais como a pesquisa e a inovação, aspectos centrais para a autora. Ou seja, a noção de “diplomacia cultural” é mais restrita que a “diplomacia do conhecimento”.

Por outro lado, a “diplomacia da ciência”, termo recorrentemente utilizado, também está inserida no conceito de diplomacia do conhecimento, mas também é mais restrito. Para a autora, “caso se interprete a ciência amplamente, atribuindo-lhe o significado de conhecimento, então existe uma relação estreita” (KNIGHT, 2020, p. 185). Porém no caso de “ciência” estar relacionada apenas à tecnologia e à inovação, deixando de lado os aspectos das ciências sociais e humanidades, aí o termo não englobaria a potencialidade explicativa de “diplomacia do conhecimento”. Este conflito é bastante perceptível quando observamos as discordâncias sobre aspectos éticos na utilização de seres humanos nas ciências duras e de saúde, comparado às noções de ética aplicadas pelas ciências sociais e humanas. As divergências sobre o assunto nos comitês de éticas das Universidade é um claro exemplo disso.

Seguindo o raciocínio, a “diplomacia do conhecimento” não é, tampouco, *soft power*. Joseph Nye, cientista político, cunhou o termo “soft power” (poder brando) em seu livro *Bound to Lead* de 1990, apontando para a habilidade de influenciar outros por meio da atração e persuasão, em vez de coerção ou pagamento (NYE, 2017). Essa capacidade recai principalmente em três recursos: cultura, valores políticos, e política externa. (NYE, 2011). O *soft power* diferencia-se do *hard power* (poder duro) que incide sobre a habilidade de coerção ou ação da capacidade bélica ou econômica.

Para Knight (2020), a noção de poder facilmente carrega consigo a ideia de competição, dominação, influência e dinâmica de poder, embora, de acordo com Nye (2011), o *soft power* também agrega a noção de cooperação, reciprocidade e benefícios mútuos. Em resumo, a “diplomacia do conhecimento” pode ser entendida, por vezes, como *soft power*. No entanto, em muitas situações não, pois não se trata de competição, mas de benefícios mútuos construídos de forma conjunta entre as partes. Ou seja, trata-se de esclarecer que diplomacia e poder nem sempre possuem a mesma abordagem, estratégia, valores e resultados semelhantes (KNIGHT, 2020). Por fim, para a autora, o referencial de poder é muito mais verticalizado do que o referencial de diplomacia.

Numa discussão mais ampla surgem dois outros termos utilizados na academia para descrever o processo aqui analisado: paradiplomacia universitária e diplomacia cultural universitária.

A paradiplomacia é um termo bastante difundido nas Relações Internacionais, mas o conceito não é consensual. Em uma perspectiva mais restritiva, estreitamente relacionada com a ideia de federalismo, a paradiplomacia consubstanciaria na atuação de unidades federativas, ou seja, para além do Estado Federal, os estados e municípios, dentro de suas competências constitucionais, são atores que desenvolvem “contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (ad hoc), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos” (PIETRO, 2004, p. 251). Dessa maneira, o trabalho de reitores, pró-reitores e gestores dos escritórios de internacionalização, estaria relacionado com suas capacidades de estabelecerem acordos internacionais com parceiros estrangeiros. Por exemplo, na capacidade de desenvolver um acordo de reconhecimento mútuo de créditos e diplomas, de estabelecer um programa de pós-graduação bilateral pelo qual os estudantes e docentes possam fazer intercâmbio acadêmico etc.

Contudo, essa noção de paradiplomacia relaciona estreitamente com a ideia de federalismo, pois somente agentes públicos das unidades federativas poderiam atuar no campo diplomático. Ora, apesar de representantes de IES públicas, federais, estaduais ou municipais, serem servidores públicos, eles não atuam estritamente pela orientação de agentes políticos,

relembrando a ideia de autonomia universitária². Nesse sentido, o conceito de paradiplomacia não poderia, *stricto sensu*, explicar a atuação internacional de servidores públicos acadêmicos.

Em nossa análise não exaustiva dos termos considerados relevantes para compreender a atuação das IES no exterior, destacamos o termo defendido por Fernando Seabra Santos e Naomar de Almeida Filho (2012), a “diplomacia cultural universitária”. A defesa deste conceito encontra-se na ideia da internacionalização como quarta missão da universidade. Para eles, diplomacia cultural universitária promoveria as relações internacionais, “transcendendo a natureza universitária na sua configuração clássica inicial”, como o foco apenas no ensino, na pesquisa e na extensão, e porque não dizer pela inovação, “mas mobilizando essa característica em benefício da capacidade para atrair mais parceiros, ou para chegar mais longe, ou mais depressa do que a diplomacia política oficial alguma vez poderia aspirar conseguir” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p. 160).

Desta forma, a “diplomacia cultural universitária” potencializa a qualidade do tripé indissociável das funções típicas de uma universidade ao inseri-la no cenário internacional e buscar parceiros estratégicos para alcançar objetivos comuns ou complementares, almejando a excelência. Importante destacar que o processo deve ocorrer de forma autônoma no âmbito da criação de um espaço alargado, transnacional, de conhecimento, em proveito da visibilidade internacional da instituição. Ainda segundo os autores, esse processo pode identificar “novas áreas de investigação científica e na produção de novos conhecimentos, no alargamento do âmbito das atividades de prestação de serviços e de inovação, na obtenção de novas parcerias e de mais competências para a realização dessas tarefas” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p. 160).

Este artigo vai de encontro ao conceito dos autores supracitados, no entanto, acredita-se que qualificar o conceito com ênfase no aspecto cultural seria limitar deveras a atuação diplomáticas de gestores e professores das IES. Acredita-se que há uma convergência de

² Porém, existem autores que defendem um conceito de paradiplomacia universitária. García, Jiménez e Zapata entendem a paradiplomacia universitária como uma forma de paradiplomacia indirecta, pela sua capacidade de realizar convênios e promover o Estado no exterior (GARCÍA; JIMÉNEZ; ZAPATA; 2018 *apud* ANORVE ANORVE; DIAZ PEREZ; MUNOZ RAMIREZ; 2022).

entendimento conceitual de Jane Knight e de Fernando Seabra Santos e Naomar de Almeida Filho. Contudo, a “diplomacia do conhecimento” é muito mais ampla que a atuação das IES, podendo ser desenvolvidas por órgãos ministeriais, fundações de pesquisa, e programas de apoio de pesquisa. Já o conceito de “diplomacia cultural universitária” destaca os aspectos culturais podendo levar a uma compreensão terminológica distante das explicações dos próprios autores acerca do fenômeno. Considera-se, nesse sentido, a ideia de “diplomacia universitária” eficaz o suficiente para conectar os conceitos acima destacados e colocar em evidências todas as áreas de atuação da universidade, incluso a cultura.

Esse conceito abarca com segurança as atividades internacionais e de internacionalização planejadas e executadas por gestores acadêmicos e docentes das mais diversas áreas do conhecimento. Trata-se aqui desde uma pesquisa conjunto entre dois ou mais docentes de países diferentes até a conclusão de acordos internacionais para a promoção de programas de intercâmbio acadêmico internacionais bilaterais (quando uma universidade brasileira estabelece acordo de cooperação acadêmica internacional diretamente com outra universidade estrangeira, podendo reunir uma ou mais áreas do conhecimento) ou em rede, como é o caso dos Programas Bracol e Bramex, do Grupo Coimbra³, que envolve universidades públicas. e o Programa Santander de Universidade Ibero-Americanas, que abrange também as IES privadas⁴. A execução desses tipos de programas reuni desde os docentes, discentes, gestores de escritórios internacionais, até pró-reitores e os próprios reitores que formalizam o acordo entre as partes.

³ O Programa BRACOL promoveu o intercâmbio de estudantes entre as instituições associadas à Asociación Colombiana de Universidades (ASCUN), da Colômbia, e as instituições associadas ao Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), do Brasil. Já o Programa BRAMEX promoveu o intercâmbio de estudantes entre as instituições associadas à Associação Nacional de Universidades e Instituições de Educação Superior da República Mexicana (ANUIES), do México, e as instituições associadas ao Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), do Brasil. Desta forma, ao aderir ao Grupo Coimbra, os gestores das IES puderam estabelecer bilateralmente acordos com universidades desses dois países. Atualmente, o Grupo Coimbra possui outras modalidades de intercâmbios acadêmicos. Disponível em <https://www.gcub.org.br/>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

⁴ O Programa de “Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Licenciatura e Mestrado” é um programa impulsionado pelo Grupo Santander com o qual se pretende reforçar a mobilidade e o intercâmbio de estudantes entre universidades ibero-americanas, condição necessária para avançar para a construção de um espaço ibero-americano do conhecimento socialmente responsável. Disponível em <<https://app.santanderopenacademy.com/pt/program/bolsa-ibero-americanas>>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

A seguir, faz-se considerações acerca de como a diplomacia universitária pode instrumentalizar o processo de internacionalização, reconhecido como quarta missão dessas instituições.

Internacionalização universitária como vetor para a excelência acadêmica

A internacionalização das IES é um processo cada vez mais evidente, porém caminha de maneiras diferenciadas, refletindo os objetivos de cada instituição, sua localização e as decisões políticas internas acerca do assunto. Se a própria origem da universidade adveio na produção e troca de conhecimentos para muito além das noções dos limites do Estados, observa-se que o processo institucionalizado e político de internacionalização na atualidade corresponde ao aumento das atividades de diplomacia acadêmica no âmbito do atual processo de globalização e na configuração de sociedade do conhecimento. Nesse sentido, faz-se um breve tratado sobre o que vem a ser a internacionalização da universidade no momento em que vivemos.

Para Jane Knight, a internacionalização é um "processo de integração da dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e realização da educação superior" (KNIGHT, 2003, p. 2). É importante destacar que a internacionalização não é um fim em si mesma, mas um meio para atingir os propósitos estratégicos definidos por cada instituição.

Conforme Hans de Wit, Fiona Hunter, Laura Howard, Eva Egron-Polak, (2015), ao estenderem a definição de Knight, afirmam que a internacionalização do ensino superior é decorrente de um processo político institucional "intencional para integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global nos objetivos, funções e oferta de ensino superior, e para melhorar a qualidade do ensino e pesquisa, oferecendo uma contribuição significativa para a sociedade" (tradução nossa).

Poder-se-ia dizer que a internacionalização é um processo institucional para alcançar excelência nas atividades-fim das IES, tais como o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim, "a internacionalização é um processo transformador que integra a dimensão internacional nas políticas institucionais visando desenvolver habilidades, atitudes e valores na busca de

excelência acadêmica” (UNESP, 2018). A internacionalização é uma ferramenta para integrar conhecimento, inovação e cultura. Para o conhecimento, não há fronteiras, já o intercâmbio intercultural beneficia todas as partes envolvidas.

A importância do processo de internacionalização ganhou tamanha relevância ao ser compreendido como a “quarta missão da Universidade”. Assim, para Seabra Santos e Almeida Filho, esse processo, quando intencional e consciente, torna-se a quarta missão das instituições quando objetiva “reforçar projetos conjuntos e integradores; dar maior dimensão às suas atividades de formação, de pesquisa e de inovação; conduzir uma agenda própria de diplomacia cultural universitária; e contribuir para a consolidação de espaços integrados do conhecimento” (SEABRA SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p.145).

Não fica claro, se ao considerar uma nova missão da Universidade, os autores pensam a internacionalização como um meio e não um fim. Como já dito, este estudo entende o processo de internacionalização como um meio para encontrar a excelência acadêmica.

O cenário da educação superior internacional é cambiante e suas mudanças trazem novos desafios à “diplomacia universitária”. Tradicionalmente, a internacionalização opera por meio de acordos internacionais de cooperação, no desenvolvimento de intercâmbio de docentes e discentes, na formação de redes de pesquisas. Mas, como assinala Knight, “há novos desdobramentos, tais como polos de conhecimento, universidades conjuntas internacionais, regionalização da educação superior e das políticas, e a transformação de redes universitárias em universidades regionais” (KNIGHT, 2020, p. 181).⁵

Existem, no campo das pesquisas sobre o assunto, compreensões diversas acerca da maneira pela qual a internacionalização deve ocorrer. Elege-se, neste texto, uma concepção abrangente e transversal de internacionalização, ou seja, englobando todos os eixos da Universidade, seja nas atividades-meio ou nas atividades fim. Assim, de acordo com John

⁵ Há não muito tempo, a internacionalização era caracterizada pelo foco em “cooperação internacional, intercâmbio de estudantes, estudos no exterior, parcerias em pesquisa, cooperação binacional, educação multicultural etc.” (NEVES; BARBOSA, 2020, p 148-149). Por outro lado, os processos mais recentes de internacionalização são vinculados à “globalização, regionalização, rankings globais, competências internacionais, co-diplomação, cooperação internacional, redes de pesquisa, universidades virtuais, conglomerados educacionais, campi internacionais” e cursos à distância ministrados online por muitas universidades, faculdades e escolas do mundo todo etc (NEVES; BARBOSA, 2020, p 148-149).

Hudzik (2011), de “*comprehensive internationalization*” (internacionalização abrangente ou transversal):

Internacionalização abrangente é um compromisso, confirmado através de ações, para infundir perspectivas internacionais e comparativas na educação superior, no ensino, pesquisa e extensão. Ela molda o espírito (ethos) institucional e os valores da instituição e aborda toda a educação superior. É essencial que seja incorporada pela liderança institucional, governança, professores, estudantes e todos os serviços acadêmicos e unidades de apoio. É um imperativo institucional, e não apenas uma possibilidade desejável (tradução nossa).

Desta forma, fica evidente que além do ensino, da pesquisa e da extensão é bastante relevante que a própria gestão universitária se internacionalize e a promova. É através de um profundo comprometimento da governança universitária que o processo de internacionalização pode cumprir seus desígnios de forma célere e eficaz. A seguir, trata-se das ferramentas mais comuns utilizadas no processo de internacionalização universitária.

Ações para o desenvolvimento da internacionalização universitária

A forma mais efetiva de analisar o comprometimento institucional para o desenvolvimento sustentável da internacionalização universitária é pela ocorrência ou não de uma Política Institucional de Internacionalização. Quando uma instituição define sua própria política, ela traça objetivos concretos a serem alcançados, define o tempo necessário para execução, indica setores e servidores prioritários e aponta o orçamento necessário para tal feito. No Brasil, as universidades mais internacionalizadas corriqueiramente possuem uma pró-reitoria própria para isso e um orçamento substancial para atingir as metas estabelecidas. Na Política Institucional de Internacionalização, a instituição indica as ações com prioridade estratégica para desenvolver esse processo. Abaixo, antepõe-se a questão da mobilidade internacional, a forma mais usual de percorrer um caminho para internacionalização, para, posteriormente, apresentar outras políticas e ações para o mesmo fim.

Seabra Santos e Almeida Filho (2012), tratam do tema de mobilidade internacional sob uma perspectiva *stricto sensu*, apontando algumas formas de modalidades: mobilidade internacional, dupla titulação, formação cotutela, formação integral no estrangeiro, diplomas

conjuntos. Abordam-se, abaixo, rapidamente essas modalidades. Porém, desde reconhece-se outras ferramentas possíveis para desenvolver a internacionalização universitária, que serão tratadas subsequentemente.

A mobilidade internacional é uma das ferramentas de internacionalização menos formal, ou institucionalizada, uma vez que para realizá-la, o estudante depende somente de uma carta de aceite pela IES estrangeira. O estudante é aceito na instituição de destino e cursa créditos de seu interesse para complementar sua formação. No caso de o estudante buscar validar os créditos realizados no exterior, será necessário, adicionalmente, uma autorização de sua instituição de origem. Tal autorização, será “imprescindível se a presença às aulas for obrigatória para efeito de comprovação de frequência, ou para obtenção de um plano de equivalências que reconheça e credite, na origem, a formação que o estudante fará no estrangeiro, o que lhe é, obviamente, vantajoso” (SEABRA SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p.150). Exemplos de mobilidade internacional são o Programa Erasmus Mundus⁶, na Europa, e o Programa Ciência Sem Fronteiras (CsF)⁷, no Brasil.

A dupla titulação ocorre quando um estudante realiza seus estudos de formação em duas universidades enquanto estudante regular dessas instituições, seja na graduação ou na pós-graduação, com o intuito de troca de expertises em suas áreas afins, podendo obter diplomas reconhecidos pelas instituições envolvidas. Isso ocorre por meio de um estreito relacionamento, materializado por um acordo de cooperação internacional, entre as instituições.

A formação sanduíche é uma forma de mobilidade internacional em que o estudante, de graduação ou pós-graduação, inicia seus estudos na instituição de origem, passa um período na instituição estrangeira que o acolhe, e retorna ao seu país de origem para graduar-se. É

⁶ Programa lançado na década de 1980 e considera um êxito da política europeia comum. Para maiores informações, <<https://erasmus-plus.ec.europa.eu/>>. Acesso em 20 de março de 2023.

⁷ O Programa foi encerrado em 2016 por questões orçamentárias e falta de planejamento, estrutura e acompanhamento dos estudantes no exterior. Para maiores informações, <<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras>>. Acesso em 20 de março de 2023.

uma modalidade que visa por um lado enriquecer a troca de conhecimentos científicos e culturais e por outro assegurar que o estudante não permaneça no país estrangeiro, após o período programado. A modalidade é pensada, normalmente, para o estudante adquirir no exterior maior conhecimento sobre sua área de estudo e voltar, finalizando seus estudos, e atuando, enquanto profissional em sua sociedade.

A cotutela é um tipo de formação acadêmica, compartilhada por mais de uma instituição, no âmbito da pós-graduação, mestrado ou doutorado, em que o estudante realiza seus estudos de dupla titulação ou diplomação conjunta e é orientado por docentes de ambas as instituições. Ou seja, no caso de mobilidade internacional, há “um corresponsável científico, ou coorientador, na universidade de origem e um outro na universidade de destino” (SEABRA SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p.154). Além de ocorrer via cooperação internacional entre as instituições, oportuniza maior aproximação entre docentes e pesquisadores de dois centros para, além da orientação, incentivar a aproximação dos agentes envolvidos, podendo levar ao estabelecimento de redes de pesquisa conjuntas e intercâmbios.

A formação integral no exterior não exige integração ou cooperação entre uma instituição de seu país de origem e outra instituição estrangeira. O estudante realiza sua formação acadêmica integralmente num país estrangeiro. É um processo mais simples, e menos interessante “no plano do desenvolvimento de relações acadêmicas ou científicas entre departamentos ou grupos de investigação” (SEABRA SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p.154). É o tipo de mobilidade internacional mais antiga e menos institucionalizada no sentido de cooperação acadêmica internacional. O Brasil possui um programa próprio, bastante democrático, e reconhecidamente exitoso, para acolher estudantes estrangeiros que procuram a formação integral no Brasil. O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. O programa

é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores em parceria com o Ministério da Educação. As IES participam do programa por adesão.⁸

Por fim, dentro da perspectiva de “mobilidade internacional” *stricto sensu*, os autores ressaltam o processo de outorga de diplomas conjuntos. Tal modalidade representa um salto qualitativo nas relações acadêmicas internacionais entre as instituições envolvidas, uma vez que

o desenho desse programa tem que ser feito no respeito pelos quadros legais e regulamentares em vigor em cada [instituição]. Este exercício exige o conhecimento e a comparação de regras diversas, a eventual preparação e aprovação de novos instrumentos legais e/ou regulamentares e/ou a delicada (e quase sempre engenhosa) navegação por entre os escolhos burocráticos impostos de cada lado. (SEABRA SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2012, p.155).

Tal tipo de desenho de mobilidade representa um grau bastante avançado de cooperação acadêmica internacional promovendo, adicionalmente à formação, uma parceria madura e compartilhada do processo de internacionalização das instituições envolvidas e exigindo uma expertise em termos de diplomacia acadêmica

Complementarmente às modalidades de mobilidades acadêmicas internacionais, pode-se dizer que a internacionalização das IES, como ferramenta relevante da diplomacia acadêmica, versa também sobre outros temas, tais como: Política linguística; Internacionalização em casa; Internacionalização fora de casa; Cátedras; Política de comunicação; Pesquisa integrada e para a inovação, Internacionalização do Currículo (ROCHA, 2020).

A “política linguística” visa valorizar as “relações interculturais plurilíngues/multilíngues e a inclusão social, tomando como referência a formação global, o respeito à diversidade e à solidariedade” (UFSC, 2018, p. 12). Essa política valoriza a diversidade linguística e cultural,

⁸ Para maiores informações acerca do PEC-G, acesso o site oficial do programa, disponível em <<http://portal.mec.gov.br/pec-g>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2023.

com focalização na língua inglesa e no português como línguas estrangeiras (PLE), democratizando, assim, o acesso à aprendizagem de idiomas. Inclui-se também a formação de professores para o ensino de disciplinas em línguas estrangeiras (UFSC, 2018).

A “internacionalização em casa” objetiva o acolhimento do aluno estrangeiro, a integração deste com a comunidade acadêmica, realizando ações que ampliam as possibilidades de interação social, contatos em universidades estrangeiras, multiculturalidade e aprendizado de idiomas, contribuindo para a criação de um ambiente internacional e intercultural nos campi. (UFSM, 2017). A atividade também se volta ao público interno que não tem a oportunidade de ir ao exterior.

As Cátedras almejam aprofundar a cooperação acadêmica entre IES brasileiras e estrangeiras em um determinado tema, bem como a cooperação entre pesquisadores e educadores de instituições, estimulando intercâmbio intercultural, oportunizando a criação de redes de pesquisa internacionais entre universidades por meio da transferência de conhecimento. Exemplos de Cátedras bastante consolidadas no Brasil é a Cátedra Sergio Vieira de Mello (na área do refúgio) e a Cátedra Jean Monnet (no campo dos estudos de integração europeia nas instituições de ensino superior).

A “política de comunicação” visa fornecer às instituições ferramentas para o desenvolvimento de uma “estratégia ampla, dinâmica e multilíngue de comunicação para os públicos interno e externo, incluindo a reformulação de páginas web, a produção de material informativo (impresso e digital), além da realização de eventos diversos” (UnB, 2018, p. 25)

A “pesquisa integrada para inovação” busca a

Criação de núcleos temáticos e/ou redes internacionais, capazes de federar iniciativas de diferentes áreas do conhecimento. Trata-se de perenizar e coletivizar as cooperações e parcerias internacionais, construídas individualmente pelos pesquisadores (bottom-up), a fim de promover a sua institucionalização (top-down), de forma interdisciplinar. (Unb, 2018, p. 30)

Por fim, a “internacionalização do currículo” é apontada como “a incorporação das dimensões internacional, intercultural e/ou global nos conteúdos curriculares assim como nos resultados de aprendizagem, avaliações, métodos de ensino e serviços de apoio de um programa de

estudos” (LEASK, 2015, p. 9). Consubstancia-se além da imersão e do intercâmbio em instituições estrangeiras, “tutoria aos docentes interessados em ministrar sua disciplina em língua inglesa; catálogo de disciplinas em línguas estrangeiras, incentivo à ampliação de bibliografias estrangeiras nas ementas” (UFJF, 2018 p. 25).

Como pode-se observar existe uma ampla gama de políticas e ações que podem ser desenvolvidas pelas instituições e devem estar definidas, enquanto prioridades estratégicas, na política institucional de internacionalização de cada uma das instituições. Considera-se, portanto, as diferentes modalidades de internacionalização ferramentas relevantes para a execução da diplomacia acadêmicas nas IES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve tratado buscou abordar a diplomacia acadêmica como habilidade que as IES possuem no desenvolvimento do processo de internacionalização. Conforme amplamente debatido, considera-se, portanto, que as IES são capazes de desenvolver o que se apresentou como diplomacia acadêmica, excluindo-se outras formas de compreensão do fenômeno da execução da internacionalização como o caso da paradiplomacia.

A diplomacia acadêmica pode ser realizada por meio de formas mais ou menos institucionalizadas, podendo-se lançar mão de diversas políticas e ações (muito mais diversas que a simples realização de acordos internacionais de mobilidade internacional) para alcançar a excelência acadêmica. Portanto, acredita-se que a excelência acadêmica seja o grande fim a ser atingido por meio da internacionalização. Para esse processo ocorrer, é essencial o comprometimento e o engajamento não só da gestão superior acadêmica, mas por práticas dinâmicas, transversais e abrangentes de governança, incluindo diferentes setores, os servidores técnicos e docentes, além, é claro, da participação dos estudantes. Tais práticas resultam não só no desenvolvimento conjunto das unidades administrativas e acadêmicas das IES de Políticas para a Internacionalização, mas também nas ferramentas práticas apresentadas: mobilidade internacional, dupla titulação, formação cotutela, formação integral no estrangeiro, diplomas conjuntos, fomento de Cátedras etc.

O desenho institucional para esse feito é diversificado e cada instituição traça suas prioridades conforme a missão, o tamanho, a localização, e os recursos disponíveis para realizar sua diplomacia acadêmica por meio de estratégias de internacionalização. Normalmente, o papel de embaixador dessa diplomacia acadêmica cabe à cúpula da gestão universitária, mas também depende da estrutura, autonomia e orçamento disponibilizados e do desempenho do representante do escritório de internacionalização e de sua equipe. Porém conforme apontado, na compreensão ampla do tema, considera-se que docentes e discentes também fazem parte de um processo transversal de internacionalização. Portanto, é pensando globalmente e agindo localmente que se desenha o futuro da qualidade do ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANORVE ANORVE, Daniel; DIAZ PEREZ, Fernando; MUNOZ RAMIREZ, Emiliano. Paradiplomacia universitária como auxiliar de la paradiplomacia municipal desde la gobernanza. **Secuencia** [online]. 2022, n.114.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso 22 de março de 2023.
- DE WIT, H.; HUNTER, F., HOWARD, L.; EGRON-POLAK, E. (eds.). **Internationalisation of Higher Education**. Brussels: European Parliament, 2015.
- FREIRE, JUNIOR, J. C. A Internacionalização das Instituições de Ensino Superior no Brasil. **Paraná faz Ciência**, Curitiba, Paraná, p. 42 - 43, 17 dez. 2014.
- FRIEDMAN, T. L. The square people, part 1. **The New York Times**, n.13, maio 2014.
- GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HUDZIK, J. K.. **Comprehensive internationalization: From Concept to Action**. Washington, DC: NAFSA, The Association of International Educators. 2011
- KNIGHT, Jane. **Updating the definition of internationalization**. International Higher Education, Boston, n. 33, Fall, p. 2-3, 2003.
- KNIGHT, Jane. **Knowledge Diplomacy: A bridge linking international higher education and international relation** (Discussion Paper). London, UK: British Council, 2020.
- KNIGHT, Jane. **Internacionalização da Educação superior: conceitos, tendências e desafios**. 2. ed.; e-book/Jane Knight – São Leopoldo: Oikos, 2020.

LEASK, Betty. **Internationalizing the Curriculum**. New York: Routledge, 2015.

NEVES, C. E. B.; BARBOSA, M. L. de O. Internacionalização da educação superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios. **Sociologias**, v. 22, n. 54, p. 144-175, 2020.

NYE, J.S. **Soft power: the origins and political progress of a concept**. Palgrave Communications. 2017.

NYE, J.S. **The Future of Power**. Public Affairs: New York., 2011.

PIETRO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásiapacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: Vigegani, Tulio et all(orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Bauru,SP: EDUSC, 2004. Pp. 251-282.

ROCHA, Rafael A. **Nota Técnica** N. 001/2020-CRINT. Coordenadoria de Relações Internacionais. Universidade Federal de Roraima, 2020.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Plano de Internacionalização. UnB, 2018, p. 28-29. Disponível em <<https://int.unb.br/br/institucional/plano-de-internacionalizacao>>. Acesso 22 de março de 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Plano estratégico de internacionalização 2018 – 2021, São Paulo, 2018. Disponível em <<https://www2.unesp.br/portal#!/arex/>>. Acesso em 15/03/2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Plano de Institucional de Internacionalização. Juiz de Fora, 2018. Disponível em <<https://www2.ufjf.br/internationaloffice//files/2018/02/Plano-Inst-UFJF-Homologado.pdf>>. Acesso 22 de março de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. PLANO INSTITUCIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO. Florianópolis, 2018, p. 25. Disponível em <<https://novaprpg.paginas.ufsc.br/files/2019/02/PROPOSTA-DE-PLANO-INSTITUCIONAL-DE-INTERNACIONALIZAC%CC%A7A%CC%83O-Final-Aprovada.pdf>>. Acesso 22 de março de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Plano Institucional de Internacionalização. UFSM, 2017, p. 20. Disponível em <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/wp-content/uploads/sites/345/2018/04/PLANO-INSTITUCIONAL-DE-INTERNACIONALIZACOES.pdf>>. Acesso 22 de março de 2023.